

SEMÂNTICA DO ESPAÇO: ENTRE A CASA E A RUA NUMA 'VILA' DA GALIZA

GERARDO PEREIRO PÉREZ
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

In this article the cultural construction of public and private space in a small town (vila) of Galicia (Spain) is shown. The paper analyses the meaning of the streets of this small town, on the cultural norms regulating their use by the people and on the conflicts between the public and the private spheres.

Neste artigo aborda-se a construção cultural do espaço público e privado numa vila da Galiza. O significado das ruas desta povoação, as normas culturais que regulamentam o seu uso e os conflitos entre as áreas do público e do privado são analisados.

INTRODUÇÃO

O espaço pode ser entendido segundo três pontos de vista¹:

1. O espaço material, físico e topográfico.
2. O espaço social, medido através de parâmetros sociais: vizinhança, amizade, parentesco, solidariedade, posição social, actividades económicas etc.
3. O espaço cultural, que é expresso numa visão do mundo colectiva, numa ordenação mental da vida e num mapa cognitivo que cria um sentimento do "nós" e um "ethos" particular.

São estes dois últimos pontos de vista, os que ao antropólogo particularmente interessam.

¹ Gárate Castro, Luis (1995): "Identidad y Patrimonio. Semántica espacial de la Alameda de A Guarda", em *Revista de Antropología Social* nº 4, pp. 57-81.

Ao espaço assinala-se funcionalidade, conteúdos axiológicos e significados, mas também é pensado em termos de categorias culturais: em cima/em baixo, limpo/sujo, público/privado, feminino/masculino etc. O espaço é construído pelos grupos humanos a partir dos seus valores culturais e dos seus mapas mentais; o seu significado está interligado com a acção social dos grupos humanos com os quais se vincula, construindo-se com a cultura e constituindo um texto simbólico a decifrar. Em resumo, o espaço reflecte os processos de organização social e as estruturas culturais dos grupos humanos, daí que deve ser analisado como um elemento com significado e ao mesmo tempo significante (expressivo da acção social).

No caso que nos ocupa, as "vilas"² ou pequenas cidades da Galiza, estas contribuem

² Referimo-nos aqui ao termo "vila" galego e português (pequena povoação). O termo "vila" pode, no entanto, também significar pátio em português. Veja-se:
- Cordeiro, Graça Índias (1997): *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote, p. 110 e ss.

para superar a velha dicotomia rural-urbano, a polaridade desses dois mundos é encadeada na vila, que em vez de se fragmentar e dividir, participa dos dois na sua natureza heterogénea, em parte rural e em parte urbana. É neste sentido uma realidade dialéctica em desequilíbrio, um estado de tensão de natureza híbrida, um espaço “rururbanismo”. O mundo rural e o mundo urbano são simultâneos e convivem no espaço e no tempo, mas nem sempre formam parte do mesmo universo moral e simbólico. A “vila” galega realiza na actualidade uma afirmação de fé urbana, mediante a qual reconhece os valores urbanos como de maior prestígio e em processo de implantação na consciência dos seus habitantes. Neste sentido deve entender-se a vila como um processo, uma configuração social e cultural em construção.

Na Galiza a vila³ assume o papel de intermediário entre o mundo rural e o mundo urbano, geralmente é a cabeceira duma área de habitat rural disperso (capital municipal normalmente). A sua população pode variar entre os 1.000 e os 15.000 habitantes, mas a sua zona de influência pode afectar entre 5.000 e 30.000 habitantes. O seu papel de intermediária entre esses dois mundos dota-a duma vida comercial e administrativa muito intensa que lhe conferem uma especificidade e originalidade cultural. Portanto, é preciso falar das vilas da Galiza como umas “novas formas de urbanização” e como o “domínio do urbano” sobre todo o território.

³ Fernández de Rota, J.A.(1989) “Mundo rural y mundo urbano en una villa gallega: Betanzos”, em López Casero, F.(comp.): *La agrocuidad mediterránea*. Madrid: Ministerio de Agricultura, pp. 359-398. Sobre as transformações do campo espanhol e a ideia do “rururbanismo” veja-se: -García de León, María Antonia (1996): “*El rururbanismo o las transformaciones del campo español*”, em *Fundamentos de Antropología* 4 e 5, pp. 221-229.

O meu trabalho de campo relaciona-se com o estudo doutras vilas por outros colegas investigadores⁴, centrando-se num caso de estudo particular, a vila de Palas de Rei, no sudoeste da província de Lugo, no centro da Galiza, a 72 quilómetros de Santiago de Compostela (capital da Galiza) e 35 de Lugo (capital da província). Palas de Rei constitui um exemplo de vila do interior que, em comparação com as vilas da costa (que mantêm certa relação com os mundos marítimo e camponês), tem uma grande interligação com o mundo camponês. Nela residem aproximadamente 1.300 habitantes.

No artigo que nos ocupa exponho alguns dos significados culturais da construção sociocultural do espaço das ruas da vila. A rua é uma categoria espacial com usos e significados culturais específicos, a rua representa o espaço público por excelência, mas não é algo exclusivo e, como observaremos, a mesma rua pode representar também o espaço “privado” ou tornar-se “privativa”. Muitos dos seus microespaços podem converter-se em projecções

⁴ Os antecedentes da investigação sobre as vilas da Galiza segundo a perspectiva da antropologia social podem ver-se no livro: -Fernández de Rota (coord.)(1992) Na actualidade trabalham sob a orientação do professor José Antonio Fernández de Rota, na investigação sobre vilas e pequenas cidades da Galiza: -José Antonio Fernández de Rota, sobre Betanzos (em publicação). -Enrique Couceiro, sobre Tui (tese inédita). -Luis Gárate Castro, sobre A Guarda (tese inédita). -Gerardo Pereiro Pérez, sobre Palas de Rei (tese inédita). -Manolo Rubal Saavedra, sobre Ribadeo (tese em elaboração). -Milagros Rumbo Torres, sobre As Pontes (tese em preparação). -María Jesús Pena Castro, sobre Noia (tese em elaboração). -Ester López López, sobre Pontedeume (tese em elaboração).

do espaço doméstico, convertendo-se a rua num espaço social distinto e complexo não exclusivamente reduzido á categoria de espaço público.

ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO

Devemos entender as ruas da vila à partida como espaços de trânsito, mas também como espaços de pertença com os quais se identificam os seus moradores, constituindo uma categoria de pessoas que compartilham uma relação. A rua como espaço de pertença e domínio é na vila de Palas de Rei um prolongamento do espaço da casa. Portanto o contexto exterior mais imediato da casa é a sua rua. Aquela tem ali a sua projecção pública, ainda que às vezes o seu espaço possa ser “privado” umas vezes, “privativo” ou “tornado público” outras.

Uma projecção pública fundamental da casa tem a sua expressão no espaço social: trata-se da denominação ou nome da casa-vivenda que pode continuar ainda com a mudança de proprietário, fundindo-se assim o passado no presente e convertendo-se a memória em suporte da identidade⁵. Os tipos referenciais que encontramos dessas denominações são os apelidos, os ofícios, os nomes próprios e as alcunhas. Estas denominações são partes dum código particular, ininteligível fora da vila, e masculinas em 90% dos casos do Censo de famílias da vila, o que reforça a ideia do proeminente protagonismo do género masculino no espaço público. Se tivermos em conta a geração mais nova, a adscrição da sua casa-instituição é fundamental na vila; duma

estimativa de trinta jovens da vila depreende-se que quase metade (uns 45%) tem alcunhas ligadas com a sua casa-instituição. No entanto, o panorama está a mudar e, se as redes sociais dos adultos se baseiam intensivamente no sistema de parentesco, a tendência da juventude, sem deixar de ter como base o sistema de parentesco, é a de apoiar-se nas redes de amizade entre os membros da sua geração e ampliar a sua rede fora da própria vila até formar uma rede ampla de tecido aberto⁶ baseada na mobilidade socioespacial, estabelecendo novas relações com pessoas que não conhecem aos seus antigos colegas de rede. Isto é decisivo na criação de novas identidades, em virtude das quais as pessoas começam a representar-se a si mesmas e não a uma casa-instituição no espaço social público.

Outra projecção pública da casa-instituição na rua é a criação e a manutenção de espaços sociais e de comunicação no âmbito imediato da casa-vivenda. Refira-se, como exemplo, a colocação nos quintais das casas-vivenda de bancos de madeira ou pedra, ocupados no bom tempo pelos membros da casa-instituição: é o momento (“tempo”) de “tomar o fresco”, do contacto visual com a rua e o seu trânsito, do encontro com os vizinhos e transeuntes, do cumprimento segundo fórmulas pré-estabelecidas, das longas conversas. Também até há pouco havia o costume das mulheres varrerem todas as manhã a parte dos quintais em frente da sua vivenda, hoje este padrão está já em desuso pois é responsabilidade da câmara municipal, mas nos anos noventa os vizinhos começaram a tratar as camélias plantadas pela autarquia nas vésperas eleitorais nos quintais em frente das suas casas. Esta permanência

⁵ Halbwachs (1980:146)

⁶ Bott 1975, or1957)

testemunha a existência de um tipo de memória-hábito social⁷.

Estas projecções públicas têm também o seu lugar noutra padrão cultural, trata-se da prática da consideração do direito a reservar o quintal ou o pavimento em frente das vivendas para que estacionem nesses sítios os carros, propriedade da família extensa. Inclusive esses espaços da parte dianteira das casas são reservados para os convidados nos dias de festa na vila e nenhum não-familiar poderá estacionar ali o seu carro sem obter a correspondente permissão.

Observemos como a casa-instituição se apropria em certos contextos e situações do pedaço de rua em frente da sua casa-vivenda para usos reservados. Nessas maneiras específicas de entender e usar o espaço público por excelência, a rua torna-se “privada” em certo grau e medida. No entanto, também há limites⁸ a essa projecção no espaço público, por exemplo quando a presidência da câmara municipal ordena que se limpe a fachada das vivendas e que se retire o lixo dos quintais ou quando manda instalar as bandeiras e as luzes das feiras e festas nas suas varandas. Nesses casos é a vila quem se expressa como o “todo” de identidade colectiva, como uma montra gigante.

A ideia da “privatização” da rua tem muita força na vila de Palas e os próprios vizinhos

criam micro-espaços nela, como podem ser os “curros” ou grupos de pessoas reunidos “na porta da casa” para conversar. Outra “privatização” do espaço público é representada pela instalação das “terrazas” (esplanadas) dos bares entre Junho e Setembro. As esplanadas constituem espaços privilegiados de observação do que sucede na rua, são espaços geralmente ocupados pela juventude e adultos jovens, ainda que os adultos também tenham as suas esplanadas habituais, formando verdadeiros espaços de gerações, com limites mentais entre eles.

A superação do sentido de “privatização” do espaço da rua tem no caso da paragem de táxis um bom exemplo etnográfico de reflexão. A paragem de táxis foi regulamentada recentemente e tratou-se da conclusão dum processo de apropriação da casa-instituição pelo espaço público da vila, acabando numa apropriação colectiva de um espaço comum na rua da Avenida de Monterroso, espaço público e uso regulamentados por uma ordem municipal. Chegar à convergência e ao consenso chocou com a maneira “tradicional”⁹ de entender o espaço público como prolongamento da casa-instituição, pois alguns taxistas tinham a sua paragem em frente à sua casa e a nova regulamentação supõe mudar esta maneira de entender o espaço, mudança impulsada pela câmara municipal com a ideia de melhorar o serviço ao cidadão e de fazer de Palas de Rei uma vila “moderna” e com uma organização espacial “urbana”, imagem para a qual deve contribuir a nova paragem de táxis e a sua ordenação.

⁷ Connerton (1989)

⁸ “O limite não é um feito espacial com efeitos sociológicos, se não um facto sociológico com uma forma espacial”, em Simmel (1986, or. 1908:652)

⁹ “A sinalização dos limites qualitativos no espaço define a acção prática-simbólica humana”, em Paul-Lévy, Françoise e Segaud, Marion (1983): *Anthropologie de l'espace*. Paris: Centre Georges Pompidou.

⁹ Utilizo o termo “tradicional” no sentido de tendência a permanecer. Cf: Hobsbawn e Ranger (1983)

Há também outros casos nos quais a rua se torna mais pública ainda. Vimos antes que a rua tem um sentido primordial de espaço de trânsito, mas as ruas da vila também adquirem outros sentidos vários, os quais têm que ver com actos públicos fundamentais para a vila (mercados, feiras, etc.), mas também com outros como ser um lugar de encontro quotidiano, ou um lugar no qual se colocam anúncios e cartazes em pontos estratégicos para a sua publicidade e informação.

Assim, a mesma rua pode ser de propriedade privada e de serviço particular, como acontece no caso da "Rúa Leboreiro", um caminho urbanizado pela autarquia que serve duas casas, na esquina duma das quais um vizinho colocou uma placa dando o seu nome á rua. Os mesmos vizinhos cedem terreno para a abertura e urbanização básica com pontos de luz e rede de esgotos. Em troca recebem e perseguem uma revalorização do seu espaço, que se converte potencialmente num prédio de vários andares, o que pode significar uma soma de rendimentos considerável para eles, ou a possibilidade de albergar a sua "família extensa".

Para além disso, pode acontecer que alguns habitantes da vila apegados à maneira "tradicional" de interpretar o espaço público como prolongamento do seu espaço doméstico se confrontem com interpretações mais modernas. Vejamos um caso de estudo significativo: O Caminho Francês de Santiago de Compostela cruza a freguesia e a vila desde O Rosario, aldeia com empedrado moderno instalado no ano 1993 e que está a evocar o passado, um passado no qual as populações importantes do mesmo tinham paralelos em

algumas das suas vias. O Caminho entra na vila pelo Cruzeiro, desce pela "Travesía da Iglesia" e continua pela "Travesía do Peregrino". No segundo troço da "Travesía da Iglesia" e num dos seus extremos a câmara municipal instalou três "fitos" e uma cadeia com o objectivo de não estacionarem carros nessa rua. Dois vizinhos afectados derrubaram a cadeia e os "fitos" e denunciaram a autarquia, a qual também denunciou os vizinhos que recolheram algumas assinaturas de apoio entre os habitantes da vila. Por um lado os vizinhos usavam essa rua para estacionarem os seus carros em frente das suas casas, pelo que entendiam esse espaço público como prolongamento do espaço doméstico. Mas por outro lado a autarquia defendia o seu discurso: que era uma rua de peões fechada ao trânsito, um troço do Caminho Francês de Santiago no qual não deviam estacionar carros para não incomodarem os peregrinos e o Caminho, elemento cultural e patrimonial. Além disso, referia ainda como argumentos questões estéticas relativas à imagem da povoação ou vila. Outra posição foi a dos líderes da oposição política municipal que criticavam a mesma instalação dos "fitos" sem que tivesse havido um diálogo prévio com os vizinhos afectados e pensava problemática a sua instalação, pondo como exemplo a necessidade da entrada de uma ambulância na rua ou de um carro de bombeiros em caso de urgência. Para se entender estas três posições tem que se ter em consideração que a rua foi restaurada fisicamente em 1993, tendo sido empedrada devido ao ano jacobeo, assinalando-se o Caminho de Santiago, a sua passagem pela vila e dando assim a imagem de uma vila importante. O que procurava a autarquia em 1996 era uma restauração mental e cultural do próprio Caminho mas esta chocou com a tradicional maneira de entender o espaço público por parte dos vizinhos que entendiam

este como projecção do seu espaço doméstico. Contra eles estava a posição do presidente da câmara municipal, uma pessoa nova - e reforço o facto de ser jovem porque é fundamental para entender o choque com a tradição - que projectou tornar mais público o espaço público devido a questões culturais e estéticas, fruto duma racionalidade moderna. Esse era o seu projecto, mas a sua metodologia foi criticada por um dos líderes políticos socialistas. A oposição dos políticos populares na autarquia, apesar de no fundo estarem de acordo com a ideia moderna de tornar pública a rua para os peões, defendia que o método empregue deveria ser o do diálogo prévio com os vizinhos e a consciencialização de todos, sem governar "por decreto". Na sua versão antropológica da política defendia que se podia conseguir o objectivo da ruptura da tradição ou de mudança de duas maneiras: colocando os "fitos" ou não os colocando, mas sempre através do método da empatia e do diálogo. Actualmente, o "fito" central e a cadeia não se encontram colocados e os vizinhos tendem a aceitar a ideia moderna de não estacionar os carros na rua em causa.

CONCLUSÕES

Acabo de mostrar como o âmbito espacial da rua de uma vila galega é um excepcional texto e também um pré-texto para compreender a ordenação cultural do espaço. Na rua projecta-se a "Casa" (instituição social) e o espaço doméstico. É assim que o espaço público por excelência é "privatizado" e apropriado com diversas gradações, tornando-se dessa maneira ambíguos os limites entre o espaço público e o espaço privado, á luz dos conteúdos culturais.

Contudo a rua não é só um espaço de trânsito, mas também um espaço de domínio com o qual se identificam os seus habitantes, e um espaço "privatizado" pelo espaço doméstico. Ao mesmo tempo, a rua prolonga-se no espaço doméstico, expressão disto são as regulamentações que a câmara municipal fez para "tomar público" e reafirmar o espaço público, facto que está a provocar conflitos com os vizinhos que interpretam o espaço público como prolongamento do espaço privado.

A gramática espacial da rua mostra como as normas culturais estão a organizar as relações sociais, e como as relações sociais estão a encher de conteúdo o espaço. Assim, o espaço não deve entender-se em si mesmo, mas sim modelado pela cultura, ou seja, uma determinada ordenação espacial condiciona a estrutura social tanto quanto a estrutura social condiciona a ordenação espacial. É assim que as mudanças de um incidem em grande medida no outro.

BIBLIOGRAFIA

- BOTT, ELIZABETH
1975. (1957) *Familia y red social*. Madrid: Taurus.
- CONNERTON, PAUL
1989. *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FERNÁNDEZ DE ROTA, J.A.
1989. "Mundo rural y mundo urbano en una villa gallega: Betanzos", in López Casero, F.(comp.): *La agrocuidad mediterránea*. Madrid: Ministerio de Agricultura, pp. 359-398.
- FERNÁNDEZ DE ROTA, J.A.(COORD.)
1992. *Espacio y vida en la ciudad gallega*. A Coruña: Universidade da Coruña.

GÁRATE CASTRO, LUIS

1995. "Identidad y Patrimonio. Semántica espacial de la Alameda de A Guarda", em *Revista de Antropología Social* n° 4, pp. 57-81.

GARCÍA DE LEÓN, MARIA ANTONIA

1996. "El rurbanismo o las transformaciones del campo español", em *Fundamentos de Antropología* 4 e 5, pp. 221-229.

HALBWACHS, MAURICE

1980. (1950) *The Collective Memory*. New York: Harper and Row.

HOBSBAWN, ERIC E RANGER, TERENCE

1983. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

PAUL-LÉVY, FRANÇOISE E SEGAUD, MARION

1983. *Anthropologie de l'espace*. Paris: Centre Georges Pompidou.

SIMMEL, GEORGE

1986. (1908) *Sociología 2. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza.